

A DIMENSÃO FORMATIVA E INCLUSIVA DO CURSO ENSINO MÉDIO: FORMAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS (CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR)

Fernanda Cristina Sanches, Rafael Luan Sehn Canevesi, Lidiane da Silva Fernandes, Adalberto Teógenes Tavares Júnior, Francly Rodrigues da Guia Nyamien (Coordenadora do curso pré-vestibular de extensão), e-mail: guia@unioeste.br.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná /Centro de Ciências Humanas e Sociais – Toledo – PR.

Palavras-chave: ensino médio, formação, pré-vestibular.

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a atividade de extensão intitulada “Curso Ensino médio: formação e complementação de estudos”. Esta experiência de pré-vestibular é uma parceria entre UNIOESTE /*Campus* Toledo e as escolas públicas de ensino médio do NRE/Toledo, ofertados a alunos egressos e concluintes do ensino médio. Objetiva contribuir na formação e aprendizagem do educando, complementação de estudos e preparação para vestibular, de modo que ele seja capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de aperfeiçoamento posteriores (ingresso na Universidade). Pretende-se, portanto, consolidar e aprofundar conhecimentos adquiridos em séries anteriores, desenvolvendo a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna, além de possibilitar o prosseguimento de estudos. Cabe ressaltar que o ensino médio na estrutura escolar brasileira passa a ser, definitivamente, a etapa final da educação básica. É ao mesmo tempo, um momento de saída do período de preparação da pessoa, do trabalhador e do cidadão e de entrada do jovem e do adolescente no exercício pleno das responsabilidades e prerrogativas da vida em sociedade. Muito se sabe que o perfil do ensino médio serviu como um obstáculo de passagem ao qual poucos conseguiam ultrapassar. Como decorrência, surgiram os cursos preparatórios aos vestibulares, que se expandiram na proporção em que aumentava a demanda pelo ensino superior e a necessidade de maior qualificação da mão-de-obra. Neste intuito surge o cursinho pré-vestibular da Unioeste, para que este, sendo gratuito, atinja as camadas menos favorecidas da população. Esta experiência extensionista (2004-2008) conta com a participação de acadêmicos monitores dos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Química, Engenharia Química, Serviço Social, Engenharia de Pesca, Secretariado Executivo Bilíngüe, Letras, dentre outros da UNIOESTE.

Introdução

Este artigo aborda os dilemas e possibilidades que se apresentaram, no ano de 2004 a 2008, na execução do curso ensino médio: formação e complementação de estudos (cursinho pré-vestibular) na UNIOESTE /Campus de Toledo. Esta atividade extensionista tem o intuito de atender a necessidade de estudantes que não dispõem de recursos financeiros para freqüentar cursos preparatórios para o vestibular, ou seja, o objetivo deste programa é a inclusão de jovens e adultos oriundos de escolas públicas na vida da universidade pública garantindo a sua permanência no Ensino Superior. Buscamos, mediante esta proposta alternativa, superar as dificuldades e desafios para o desenvolvimento do nosso trabalho. O curso é acessível às classes populares, não operando dentro de uma lógica capitalista que vise o lucro.

Vale ressaltar a necessidade de propiciar momentos de socialização e de troca de experiências que extrapolem a mera preparação ao vestibular. Cabe destacar seu caráter informal, sendo esta uma característica que marca as nossas experiências. A partir da constatação de uma realidade objetiva de que estudantes de escolas públicas em geral apresentam muitas dificuldades para passar pelo vestibular e chegar à universidade, principalmente nas públicas, organizamos e montamos um espaço destinado para a revisão dos conteúdos das provas do vestibular.

A revisão dos conteúdos para estas provas, faz parte do programa do curso, porém tentamos avançar em busca de pensar o ato pedagógico de modo significativo dentro da realidade da comunidade atendida.

Damaceno, afirma que "...estudos realizados evidenciam o cunho ideológico da seletividade escolar a partir das aptidões naturais, tendo em vista que as aptidões não são características inatas e sim produto da socialização a que o indivíduo é submetido, associadas, portanto, às condições materiais e culturais específicas de cada grupo social. Isto significa que, em última instância, o determinante principal das diferenças intelectivas é a situação de classe do indivíduo." (1986, p.56)

Sabe-se que o perfil do ensino médio serviu, durante a maior parte dos anos, como um obstáculo de passagem ao qual poucos conseguiam ultrapassar. Como decorrência, surgiram os cursos preparatórios aos vestibulares, que se expandiram na proporção em que aumentava a demanda pelo ensino superior e a necessidade de maior qualificação da mão-de-obra. Geralmente são cursos de natureza lucrativa, especializados por áreas, dirigidos aos segmentos mais favorecidos da população e que, por décadas, têm alimentado o caráter seletivo do ensino superior, legitimado como a expressão verdadeira de uma política de desigualdade de oportunidades e mérito.

A sociedade atual enfrenta, contudo, novos desafios que resultam das mudanças ocorridas nos últimos tempos, com reflexos nos vários campos de atividade humana. De um lado, o atendimento à demanda crescente por um melhor preparo da população do ponto de vista educacional, para que ela possa conviver com os avanços alcançados no

domínio tecnológico, produtivo e econômico, bem como usufruir desse progresso. De outro, o desafio ético de construção de uma ordem social baseada na justiça e no reconhecimento da igualdade básica entre os homens, diante dos efeitos perversos da desigualdade e da exclusão social.

Nesse contexto, a discussão sobre igualdade de oportunidades e educação, que se restringia aos limites da educação obrigatória, entra nas dependências da universidade e auxilia na base dos princípios de relevância social. A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, de 1998, reproduz o art. 26, §1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo a qual a admissão à educação superior deve ser baseada no mérito, capacidade, esforço, perseverança e determinação dos seus candidatos. Assim, continua a dar preferência a uma política baseada no mérito individual, agora, porém, com base em uma visão da educação superior considerada componente de um sistema contínuo de educação, vinculada aos demais níveis educacionais aos quais ela deve promover.

Para Soares (apud Vianna), "...é inútil e é, sobretudo, injusto pretender avaliar os estudantes em habilidades cuja ausência se deve a fatores extra-escolares que a escola não lhes possibilitou superar. Tal avaliação beneficiará, mais uma vez, as classes mais favorecidas, aqueles que, oriundos das classes média e alta, já trazem para a escola um domínio da língua muito próximo do que é exigido por ela. Estes terão provavelmente sucesso na prova de redação do concurso vestibular e mais uma vez serão reforçadas as desigualdades sociais." (1988, p. 136)

A admissão à educação superior, deve ainda ser acessível a todos no decorrer da vida, aberta a qualquer pessoa que tenha completado satisfatoriamente a educação média ou que reúna as condições necessárias para a admissão sem qualquer discriminação, seja cultural, lingüística, étnica ou de grupos menos favorecidos. Pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individual como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Valor a ser considerado do ponto de vista ético e moral, relativamente ao respeito e à dignidade a que tem direito todo ser humano, e do ponto de vista econômico, tão caro às sociedades mais orientadas para o mercado e para a competitividade.

Uma das descobertas das sociedades do século XXI é que pessoas com experiências sociais, culturais, diferenciadas e acostumadas a interagir em ambientes de grande diversidade desenvolvem maior capacidade de responder, com flexibilidade, a novas e variadas atividades e desafios. O convívio social em situações de pluralidade cultural e étnico-racial é considerado como uma das possibilidades de construção de sociedades mais justas e democráticas. Instaurar medidas concretas para promover a participação social e econômica de grupos desfavorecidos é demanda do multiculturalismo democrático.

Para tanto, existem estudos sobre o perfil dos candidatos e ingressantes nas escolas que oferecem ensino superior gratuito, particularmente nas universidades e nos cursos de maior prestígio acadêmico e social. Os indicadores desses alunos retratam uma situação

em que são visíveis os efeitos do princípio de desigualdade de oportunidades.

Segundo uma pesquisa realizada no Estado de São Paulo, 85% dos alunos de ensino médio estudam em escolas públicas estaduais. Porém, somente 20% dos aprovados pela Fundação Universitária para o Vestibular – Fuvest – são oriundos dessas escolas. Esta constatação demonstra o efeito da desigualdade social na possível vida acadêmica de uma estudante.

Com o conseqüente aumento dos egressos do ensino médio público, agora formado por um contingente maior de representantes dos extratos majoritários da sociedade, eleva-se o questionamento do princípio de igualdade de oportunidades que pautou a expansão da escola pública por meio de políticas homogeneizadoras, as quais vieram a favorecer sobretudo a grupos restritos, portadores de privilégios econômicos, sociais e culturais.

As instituições de ensino superior têm por finalidade (artigo 43 Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional) § III “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;” § IV “Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;” § V “ Suscitar o desejo de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;” § VI “ estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;” § VII “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

No final dos anos 90 e início da primeira década do novo milênio, a expansão do ensino superior tornou-se uma questão premente na agenda das políticas públicas como fator de crescimento e desenvolvimento social. As transformações ocorridas no período provocaram a demanda dos cidadãos por níveis cada vez mais elevados de escolarização. As dificuldades de inserção no mercado de trabalho, decorrentes dos processos de internacionalização da economia e do desenvolvimento tecnológico, bem como a globalização cultural contribuíram para intensificar as pressões dos jovens para o ingresso no ensino superior com vistas a uma inserção mais favorável na sociedade contemporânea.

Neste momento passou-se a questionar enfaticamente a estrutura elitista do ensino superior brasileiro que é fruto de um processo histórico marcado pela desigualdade educacional que nega esses espaços às camadas populares e grupos socialmente marginalizados. Como resposta a essa demanda e considerando os problemas e as questões que se apresentam como desafios para a construção de uma sociedade mais justa, organizaram-se vários movimentos sociais.

A transformação do ensino médio em etapa final da educação básica, a se tornar progressivamente universalizada, e as políticas de correção de fluxo no ensino fundamental, como a organização de classes de aceleração, as medidas de recuperação, o combate à evasão, a adoção do regime de ciclos, resultaram em aumento significativo das matrículas nesse nível de ensino. Segundo o Plano Nacional de Educação – PNE –, em 1997, de uma população de 17 milhões na faixa de 15 a 19 anos, apenas 6 milhões estavam no ensino médio, 53,8% dos quais com defasagem sériedade. Entretanto, dados da série histórica que percorre a última década do século XX e XXI revelam uma tendência de crescimento significativo na cobertura desse nível de ensino

E nesse sentido, os cursos pré-vestibulares denominados populares vêm se constituindo em importantes espaços de reflexão, organização política e mobilização social das classes populares na luta pelas políticas universais em educação e, especificamente, do acesso ao ensino superior. Estas iniciativas educacionais de entidades diversas, de trabalhadores em educação e de grupos comunitários, destinados a uma parcela da população que é colocada em situação de desvantagem pela situação de carência que lhe é imposta.

Partimos então, de um conhecimento que privilegia a troca de vivências entre os envolvidos nesse projeto (alunos, professores, organizadores, comunidade), tendo em vista as trajetórias de cada sujeito envolvido. No desenvolvimento de nossas experiências, encontramos alguns desafios e problemas na viabilidade e manutenção dessa iniciativa social, educacional e alternativa, requerendo um permanente esforço das pessoas envolvidas.

Materiais e Métodos

As atividades podem ser desenvolvidas individualmente ou em grupo, de até três acadêmicos, de acordo com a necessidade, dificuldade apresentadas pela classe ou pelos acadêmicos. O curso prevê formas de participação como: ensino e/ou orientações a grupo de estudos; orientações nas diversas áreas do conhecimento e especialidades.

Os conteúdos serão determinados a partir dos assuntos mais freqüentes dentro de cada disciplina, constatados nos últimos vestibulares da UNIOESTE. Os procedimentos serão desenvolvidos de acordo com a natureza da disciplina em desenvolvimento e/ou as condições oferecidas pela instituição (ambientes, instrumentos, etc.).

Os materiais de uso/consumo podem ser acordados entre acadêmicos /monitores e participantes. A organização desse material, como apostilas de exercícios, é de responsabilidade dos acadêmicos /monitores auxiliados pela coordenadora do curso e/ou com a colaboração dos colégios, coordenadores internos e equipe técnica. Os docentes das diversas áreas de conhecimentos poderão fornecer assessoramento técnico pedagógico aos monitores das disciplinas, através de reuniões com ele e as coordenações de estágio da UNIOESTE.

Resultados e Discussão

No período de 2004 a 2008 foram atendidas 700 pessoas da cidade de Toledo, e também da região oeste do Paraná, com a participação de estudantes de Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, dentre outros. O curso é mantido com a colaboração dos monitores voluntários. As pessoas que ministram aulas (acadêmicos, professores) não recebem pagamentos nem bolsas e não são cobradas taxas dos alunos participantes. Quanto à infra-estrutura, utilizávamos, inicialmente nos anos de 2004 e 2005, salas de aulas do Colégio Estadual Augusto Moraes Rego. Em 2006 conseguimos um espaço na universidade, e a partir de 2007, as aulas foram ministradas nas salas do Colégio Estadual Dario Velozzo, com aulas aos sábados pela manhã e à tarde, para determinado grupo, e durante todos os dias da semana à noite para outro grupo de pessoas selecionadas.

Outra característica marcante do cursinho é a rotatividade de professores dentro de uma mesma disciplina, onde cada monitor aplica determinado assunto da matéria, já que os mesmos são universitários ou professores voluntários. No entanto temos conseguido manter um bom andamento das disciplinas.

Quanto aos participantes do cursinho pré-vestibular possuem idades variadas, sendo que alguns terminaram o ensino médio por meio de supletivo ou EJA, no restante, observamos que a faixa de idade se mantém entre 17 e 35 anos, estando eles com o nível médio concluído ou em fase de conclusão (alunos do 3º ano do ensino médio). Há também a participação de estudantes da 3ª idade, que motivados por ser um cursinho preparatório sem custos, participam do programa, para que também possam ter a oportunidade de ingressar em uma universidade. Além disso, para freqüentar o cursinho, o aluno deve estudar ou ter estudado exclusivamente em escola pública.

Neste sentido, observa-se a heterogeneidade do público atendido nos seguintes aspectos: alunos que tiveram trajetórias escolares diferentes, alguns oriundos de boas escolas públicas e outros de escolas com nível inferior, todos ocupando um mesmo espaço de aprendizagem com objetivos singulares, ingressar em um ensino público de qualidade.

Consideramos, ainda, o fato de essas pessoas estarem em tempos de estudo diferentes, já que enquanto algumas recém terminaram seu ensino médio, outras estão há muito tempo afastadas dos estudos. Em nossa organização curricular optamos por trabalhar os conteúdos dos vestibulares da Unioeste. A implicação desse fato é que o aluno pode estar muito bem preparado para um tipo de prova e não para outro, uma vez que cada universidade aplica provas totalmente diferentes. Isso surge como um desafio e uma questão a ser pensada em nossa organização curricular.

Todavia, a ação extensionista busca atingir seu maior objetivo que é construir formas de democratização do acesso à universidade pública, integrando todos os envolvidos - professores voluntários, alunos e demais pessoas da comunidade – na construção e desenvolvimento do Cursinho.

Além disso, procuramos discutir sobre o acesso e inserção na universidade, afirmando o dever dos estudantes da universidade pública em retornar à sociedade o conhecimento obtido.

Conclusões

O resultado deste trabalho foi satisfatório e comprovado pela aprovação no vestibular da Unioeste de alunos matriculados nos cursos. Assim, como última etapa da educação básica, o Ensino Médio tem como finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, além de possibilitar o prosseguimento de estudos. No artigo 35 da LDB fica claro também que a finalidade do Ensino Médio é "a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo que seja capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores". Tais dispositivos legais deixam à mostra a própria condição desse grau de estudos de se relacionar com dois outros níveis de ensino. O Ensino Médio se localiza entre o Fundamental e o Superior. Essa condição configura esse nível de ensino como despido de identidade própria, especialmente pelo caráter homogeneizador causado pelo vestibular, ou melhor, pelo processo seletivo para ingresso no Ensino Superior. Sabe-se que historicamente no Brasil o acesso ao ensino superior é influenciado pela origem social do estudante. A educação pode não só constituir um fator de mudança e mobilidade social como também contribuir para a manutenção das desigualdades. A intenção desta proposta extensionista é contribuir com o processo de inclusão social, além de subsidiar as escolas públicas da comunidade, facilitando o egresso do aluno à Universidade.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais: aos acadêmicos/monitores das disciplinas de português, matemática, física, química, literatura, história, geografia, biologia, inglês, espanhol, filosofia e sociologia, e aos professores orientadores e ao NRE Toledo pela parceria e pelo empenho e dedicação que os mesmos tiveram com o projeto e com as aulas ministradas.

Referências

Abramovay, M. - Ensino médio: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO/MEC, 2003.

Brasil, Ministério de Educação - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Parecer CNE/CEB nº 15/98. Brasília: MEC/CNE, 1998.

Brasil, Ministério de Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica-Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

Chauí, M. - *Convite à Filosofia*. São Paulo: Atica, 2001

Cury, C. R. J. – *A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma reforma educacional*, in: Carlos R. Jamil Cury e outros - Medo à liberdade e compromisso democrático, LDB e PNE, SP, Ed do Brasil, 1997

Damaceno, M. N. - *O Processo de seletividade social e o vestibular. Educação e Seleção*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.14, p.55-61, jul./dez. 1986.

Freire, P. - *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

Jaccoud, L.; Beghin, N.- *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.

Mitruilis, E.; Penin, S. T. S. - *Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade*.

Universidade de São Paulo; São Paulo (Estado) Secretaria de Estado da Educação. - Programa Pró-Universitário: relatório final. São Paulo: USP, Pró-Reitoria de Graduação, 2005.

Vianna, H. M. - *Acesso à universidade: os caminhos da perplexidade. Educação e Seleção*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.14, p.87-131, jul./dez.1986.